

---

**A QUESTÃO DA SEGURANÇA EUROPEIA  
NO APÓS-GUERRA, 1945-1950**

---

*Victor Marques dos Santos*

---

## A QUESTÃO DA SEGURANÇA EUROPEIA NO APÓS-GUERRA, 1945-1950

---

*«Há hoje sobre a Terra dois grandes povos que, partindo de situações diferentes, parecem caminhar para o mesmo objectivo: os Russos e os Anglo-Americanos.*

*Ambos cresceram na obscuridade, e enquanto a atenção dos homens estava virada para outros pontos colocaram-se, de repente, na vanguarda das nações, e o mundo teve conhecimento, quase ao mesmo tempo, da sua existência e da sua grandeza.*

*Todos os outros povos parecem ter atingido os limites que a natureza lhes impôs e não lhes resta mais do que conservá-los; mas aqueles dois encontram-se em pleno crescimento. Todos os outros estão parados ou avançam lentamente, à custa de mil sacrifícios, enquanto eles caminham com o passo lesto e rápido, por uma via cujos limites não podemos ainda determinar.*

*O Americano luta contra os obstáculos que a natureza lhe opõe; o Russo procura dominar os homens. Um combate o deserto e a barbárie; o outro combate a civilização, que se serve de todas as suas armas. As conquistas do Americano são feitas com a charrua do agricultor, as do Russo, com a espada do soldado.*

*Para atingir o seu objectivo, o primeiro utiliza o interesse pessoal e deixa agir, sem as dirigir, a força e a inteligência dos indivíduos. O segundo concentra num só homem, de certo modo, todo o poder da sociedade. O principal meio de acção do primeiro é a liberdade; do segundo, a escravidão.*

*Os seus pontos de partida são diferentes, e diversos os caminhos que percorrem; no entanto, cada um deles parece destinado, por um designio secreto da Providência, a guardar um dia nas suas mãos os destinos de metade do Mundo.»*

ALEXIS DE TOCQUEVILLE,  
in «De La Démocratie en Amérique», 1835

## 1 — INTRODUÇÃO

O segundo conflito mundial marcaria uma viragem decisiva em toda a História da Humanidade. Os esforços desenvolvidos pela Europa durante a guerra, bem como as destruições provocadas pelos combates, saldavam-se em 1945 por um estado de verdadeiro colapso económico e financeiro, e pela ausência de estruturas administrativas e político-sociais, com a capacidade necessária para enfrentar os problemas que se levantavam em todos os sectores da vida das nações, e vencerem o novo desafio da recuperação.

A reconstrução da economia mundial, e particularmente a da economia europeia, era, por outro lado, dificultada pela evolução da conjuntura política. Com efeito, a Europa perdera a sua hegemonia em termos políticos, económicos e financeiros, e o novo equilíbrio teria de ser procurado, de futuro, num mundo em que os centros de poder se deslocavam criando um novo contexto político-económico de relações internacionais.

No campo político, os acordos de Ialta e Potsdam partilhavam o solo europeu, estabelecendo áreas de influência embrionárias de uma futura bipolarização. No Leste europeu, os países eram submetidos aos desígnios políticos totalitários de um sistema socioeconómico socialista imposto pelos soviéticos. As suas atitudes no plano das relações internacionais reflectiriam, a partir de então, a vontade do ocupante através de Governos impostos e dominados pela União Soviética.

Em breve os partidos comunistas da Europa Ocidental promoveriam a formação de frentes populares procurando, em nome do internacionalismo proletário, dominar os Governos democráticos envolvidos pelas complexas problemáticas de uma economia em recuperação e pela instabilidade social decorrente da difícil conjuntura.

Mas os problemas que os Governos eram, a partir de agora, chamados a resolver, ultrapassavam as questões difíceis da reconstrução e da recuperação económica. Com efeito, a presença dos exércitos soviéticos nos países da Europa Central, desde a Alemanha Oriental até aos Balcãs, e as suas potencialidades concretas de avanço para o Ocidente, constituíam uma ameaça real às fronteiras dos Aliados Ocidentais, nomeadamente às da França, cuja capacidade de defesa se encontrava acentuadamente reduzida após a ocupação e as destruições provocadas pela guerra.

A presença de tropas americanas na Europa ultrapassava assim a sua missão primordial de ocupação do país vencido, tornando-se indispensável

à manutenção da segurança dos seus próprios aliados, numa situação difícil e precária que seria defendida a todo o custo, perspectivando um reforço da coesão entre os Aliados Ocidentais perante o carácter de incerteza que as futuras relações com a União Soviética revestiam.

A hegemonia política e militar soviética sobre a Europa de Leste criava, assim, a partir de 1945, um problema cujo carácter cíclico nos é transmitido pela própria História da Europa Ocidental: a ameaça das invasões vindas da Ásia e a consequente questão da preservação da segurança europeia. Fenómeno este que Spykman definiria geopoliticamente como a tentativa de expansão dos dominadores do Heartland em direcção à periferia, ao Rimland onde se situam as «áreas de decisão».

Por outro lado, a utilização das primeiras bombas atómicas e a evidência dos seus devastadores efeitos vinha juntar-se à ameaçadora realidade do Exército Vermelho, mobilizado e estacionado no centro da Europa, provocando uma profunda e substancial alteração nos conceitos estratégicos de segurança e de poder militar, cujo conteúdo evoluiria em breve na dialética estabelecida entre o controverso carácter regional dos pactos militares defensivos e o carácter de globalidade da ameaça ao Ocidente que, na Nova Ordem Política Internacional viria a atingir dimensões planetárias.

Os problemas da segurança europeia estariam sempre presentes mas, a partir de então, revestiam novos aspectos condicionantes e condicionados pela resolução das questões socioeconómicas e políticas europeias das quais não podiam já dissociar-se.

O equilíbrio mundial evoluiria precariamente para uma bipolarização entre os blocos políticos, que a «guerra fria» veio acentuar dificultando o diálogo. As relações internacionais seriam dominadas, a partir de então, pelos aspectos de segurança, determinantes das posições de alinhamento político-estratégico dos Estados, cuja capacidade de decisão em política externa seria sensivelmente afectada, inserida no contexto de uma Nova Ordem Internacional institucionalizada no plano mundial pelo sistema definido pela Carta das Nações Unidas e concretizada pela ONU e suas instituições especializadas.

## 2 — OS ANTECEDENTES. IALTA E POTSDAM

À medida que os exércitos Aliados avançavam em direcção a Berlim, começava a desenhar-se lentamente uma nova Europa que, num futuro

próximo, seria dividida em duas realidades socioeconômicas e político-ideológicas não apenas diferentes mas francamente opostas.

A Oriente, o Exército Vermelho, depois das vitórias do Inverno de 1943-1944, entre elas Estalinegrado, retomava uma vasta ofensiva atingindo no Verão de 1944 a capital polaca. Durante o Outono os êxitos militares soviéticos continuaram saldando-se pela assinatura de armistícios. Em fins de Agosto os Soviéticos invadiam os Balcãs. A Roménia rendia-se a 23. A Bulgária seguia-lhe o exemplo a 9 de Setembro, quatro dias após a declaração de guerra da URSS. Em Janeiro de 1945 era a vez da Hungria e em Abril os Soviéticos ocupavam Viena.

Antes da rendição alemã, os exércitos soviéticos consolidavam as suas posições desde as costas orientais do Báltico, através da Polónia e da Alemanha Oriental, até aos países balcânicos, entre os quais apenas a Grécia — onde os Ingleses tinham ocupado Atenas em Outubro de 1944 — não fora ocupada pelos Soviéticos, apesar da guerra civil que apoiavam, entre o partido comunista grego e a Frente de Libertação Nacional.

Na frente ocidental o avanço Aliado fora lento durante o Inverno de 1943-1944. Roma era ocupada em 4 de Junho e dois dias depois os Aliados desembarcavam na Normandia. A libertação de Paris dava-se a 25 de Agosto, a Bélgica e o Sul da Holanda eram ocupadas nos primeiros dias de Setembro, mas só em fins de Novembro os Aliados atingiam Estrasburgo.

Subsistiam, no entanto, importantes bolsas de resistência alemãs prenunciando um difícil Inverno que se caracterizou por renhidos combates nas Ardenas, na região do Reno, na planície do Pó e ao Norte dos Apeninos.

Mas a par destes sucessos militares, as relações entre os Aliados começavam a deteriorar-se. À medida que surgiam os primeiros sinais evidentes do recuo das forças do Eixo, atenuando-se o perigo comum que até à pouco unira do mesmo lado do conflito sistemas político-ideológicos opostos, as diferenças e o particularismo dos interesses começavam gradualmente a sobrepôr-se ao espírito da Aliança.

Na Conferência de Casablanca, em Janeiro de 1943, Churchill e Roosevelt concordavam na exigência de uma «rendição incondicional» das forças do Eixo, procurando assegurar à URSS os seus propósitos de continuar a luta apesar de não terem acedido à abertura de uma «segunda frente» europeia que, desde meados de 1942, Estaline vinha reclamando.

Durante a primeira metade do ano de 1943 sucederam-se as acusações soviéticas contra as recusas anglo-americanas de abertura da segunda frente. Em Março encontravam-se em Washington o ministro dos negócios estrangeiros britânico e o presidente americano para conversações sobre a situação mundial no após-guerra que se aproximava, e das fronteiras europeias resultantes do avanço aliado no Leste.

Em Maio, Roosevelt e Churchill encontravam-se em Washington numa conferência de carácter militar destinada a preparar uma grande defensiva europeia, prevista para a Primavera de 1944. Estaline mostrava, entretanto, sinais de uma eventual moderação dissolvendo no mês seguinte o Kominintern, ao mesmo tempo que declarava aos Ocidentais a sua desconfiança acerca da veracidade das suas intenções de abertura da segunda frente, já anteriormente discutida e sucessivamente adiada.

As tensões existentes entre os Aliados iriam, a partir de agora, acentuar-se ao longo dos contactos entre os dirigentes políticos do Ocidente e do Leste. O primeiro desses encontros teve lugar em Moscovo em Outubro de 1943. Molotov tentou obter garantias quanto à confirmação da operação «Overlord» mas Churchill recusou qualquer compromisso nesse sentido, apoiando, no entanto, a pretensão soviética de envolver a Turquia no conflito. Fixava-se também a data de uma nova conferência que se realizaria em Teerão em Novembro.

Aí se começaram a desenhar as pretensões soviéticas de domínio territorial sobre os Balcãs e sobre os países eslavos, tendo Estaline declarado que as fronteiras da Polónia Ocidental deveriam estabelecer-se no Oder. Tal como os Ingleses e os Americanos, também os Soviéticos se pronunciaram pelo desmembramento da Alemanha como meio de impedir a sua recuperação. A resolução do problema da partilha seria entregue a uma Comissão Consultiva Europeia que se reuniria pela primeira vez em Janeiro de 1944, mas cujo poder de iniciativa limitado e a pretensão dos representantes americanos de confinarem a problemática da ocupação a aspectos estritamente militares, comprometeriam o alcance possível das suas acções.

No Outono de 1944 verificaram-se divergências entre Ingleses e Americanos a propósito dos regimes que, no após-guerra, deveriam ser apoiados na Bélgica, na Itália e na Grécia. Churchill inclinava-se para o apoio aos partidos monárquicos, enquanto o secretário de Estado americano tendia para o apoio a futuras repúblicas. Também a questão polaca suscitava querelas entre a Inglaterra e a URSS devido às pretensões soviéticas sobre

o traçado da nova fronteira oriental da Polónia. Tendo declarado guerra à Alemanha devido à invasão daquele país, a Inglaterra encontrava-se agora perante o facto da presença dos exércitos soviéticos em solo polaco e, embora com certa relutância, viria a sujeitar-se ao regresso da fronteira soviética à «Curzon Line» que na realidade correspondia, com ligeiras alterações, à fronteira que Hitler e Estaline tinham traçado de comum acordo alguns anos antes.

Tornava-se necessária uma conferência em que os três chefes aliados procurassem resolver estes diferendos. O encontro teria lugar em Ialta em Fevereiro de 1945. Aí seriam definidas de comum acordo as fronteiras europeias que, entre Stetin e Trieste, marcariam a futura «cortina de ferro». As principais questões que Roosevelt pretendia ver resolvidas na conferência ligavam-se com a organização das Nações Unidas, cujas linhas orientadoras tinham sido definidas em Dumbarton Oaks em Outubro de 1944, o problema da ocupação da Alemanha, a limitação das zonas de ocupação, a participação da França no processo e a questão polaca. Esta era, de facto, complexa, exigindo um acordo entre o Governo polaco exilado em Londres, apoiado pelos Ocidentais, e o Governo comunista de Lublin, que entretanto se transferira para Varsóvia e que contava com o suporte soviético. Quanto às questões do conflito fora da Europa, Roosevelt insistiria na intervenção soviética contra o Japão após a capitulação alemã. Num momento em que os progressos da investigação nuclear não deixavam ainda antever a possibilidade de utilização da bomba atómica contra o Japão, a participação soviética representava uma enorme economia em homens e material para os Americanos. Tornava-se, no entanto, necessário definir as condições e as exigências de compensações que a URSS faria para essa intervenção no Extremo Oriente.

Num ambiente de grande cordialidade, Estaline e Roosevelt aceitaram a inclusão da França entre as potências ocupantes da Alemanha e, mais tarde, a sua participação na Comissão de Controlo Interaliado com direito a veto.

Sobre o problema das indemnizações e das bases do processo de desmembramento da Alemanha não foi possível chegar a um acordo, remetendo-se a solução do primeiro para uma Comissão Interaliada que se reuniria mais tarde em Moscovo, limitando-se a conferência a reafirmar o princípio da divisão do território alemão.

A fronteira oriental da Polónia foi, como já referido, fixada na «Curzon Line», de 1919, a despeito da oposição de Churchill. Estaline pronunciava-se por uma compensação do território polaco à custa do desmembramento da Prússia Ocidental. Quanto à forma de governo da Polónia, Estaline acusou a Inglaterra de querer implantar novamente naquele país um regime hostil à União Soviética, opondo-se terminantemente à substituição do Governo de Lublin pelo de Londres, aceitando apenas um alargamento do Governo de Lublin que entre vinte ministros incluiria quatro representantes dos polacos exilados.

A conferência definiu ainda o texto de uma Declaração Sobre a Política a Seguir nas Regiões Libertadas, ou Declaração Sobre a Europa Libertada. Previz-se no documento a constituição de governos democráticos livremente eleitos nos países libertados. Até que o processo estivesse concluído, os Aliados exerceriam um controlo tripartido através de comissões que se encarregariam da formação de governos provisórios «de larga representatividade de todos os elementos democráticos da população».

Para os Ocidentais, a aceitação deste texto por parte dos Soviéticos, foi considerada como garantia suficiente para assegurar o processo democrático na definição futura dos regimes políticos nos países ocupados pelos Exércitos Vermelhos, nomeadamente na Polónia.

Quanto à eventual participação da URSS na luta contra o Japão, os Soviéticos comprometiam-se a intervir, se ainda fosse necessário, três meses após a rendição da Alemanha, com a condição de recuperarem os direitos sobre os Caminhos de Ferro da Manchúria (logo sobre o acesso a Porto Artur), o Sul da península Sakalina, e de aumentar o seu domínio territorial alargando a expansão ao arquipélago das Kurillas.

Mas apesar do optimismo de Roosevelt sobre a possibilidade de um entendimento estável entre Soviéticos e Ocidentais, os acontecimentos precipitaram-se depois de Ialta. Passados apenas alguns dias do encerramento da conferência, a URSS dirigia um «ultimatum» ao rei da Bulgária exigindo a substituição do Governo búlgaro por um novo governo pró-comunista, facto que se concretizou a 6 de Março.

Os EUA protestaram inutilmente invocando a Declaração Sobre a Europa Libertada assinada alguns dias antes por Estaline. Por outro lado, Molotov recusava o encontro com uma delegação do Governo polaco no exílio, que vinha de Londres para conversações. Roosevelt e Churchill protestaram de novo pedindo a Estaline que mantivesse o espírito da unidade



Aliada que, pelo menos aparentemente, tinha sido conseguido em Ialta.

Estaline respondia acusando os Ocidentais de tentarem, entretanto, uma paz separada com os exércitos alemães na Itália e, como tal, de facilitar o reforço alemão na frente oriental, procurando simultaneamente atenuar as condições da capitulação alemã.

Mesmo antes da morte de Roosevelt, a 12 de Abril de 1945, a tensão entre os Aliados ocidentais e a URSS atingia um grau assaz elevado. Com a tomada de posse de Truman, o futuro das relações entre o Ocidente e o Leste estariam sujeitas às atitudes mais intransigentes do novo presidente americano. Numa tentativa para resolver a situação criada pela URSS e conseguir uma melhoria de relações com os Soviéticos, Truman enviava Harry Hopkins a Moscovo em Maio. Aí se discutiu de novo a situação na Polónia, no Extremo Oriente, e a criação do Conselho de Controlo para a Alemanha. Estaline dirigiu novas acusações aos EUA, nomeadamente sobre as intenções destes de convidarem a França para a comissão das indemnizações, e sobre o corte de abastecimentos americanos à URSS logo após a capitulação da Alemanha. Quanto à Polónia, Estaline manteve a posição anterior de aceitar um governo alargado, mas a solução do problema ficava remetida para um futuro encontro em Potsdam. Jukov seria o representante soviético no Conselho de Controlo Aliado na Alemanha e, quanto ao Japão, Estaline comprometia-se a atacar dentro do prazo estabelecido se a China concordasse com as decisões de Ialta sobre a Manchúria, mantendo a condição de compensações territoriais derivadas da ocupação. Previu-se ainda a realização de uma futura conferência que reunisse de novo os chefes dos Governos Aliados.

Essa conferência iniciaria os seus trabalhos a 17 de Julho e foi a última em que os três chefes aliados se reuniram. Nela se concluíram acordos de elevada importância para o futuro da Europa. Impunha-se o estabelecimento de procedimentos e bases políticas para a elaboração dos tratados de paz.

Os Americanos sugeriram a formação de um Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros Aliados que viria a reunir-se pela primeira vez em Londres em Setembro de 1945. Nele participariam, além dos Aliados, um representante da China. A missão do Conselho era a preparação dos tratados de paz com os países satélites da Alemanha. Quanto a este país, o tratado de paz seria objecto da atenção posterior dos Aliados. Dissolvia-se entretanto a Comissão Consultiva Europeia.

Os Ocidentais protestaram contra a situação criada pela URSS na Bulgária e na Roménia, onde os Governos não tinham sido democraticamente constituídos e onde as comissões de controlo interaliado eram impedidas de exercer a sua missão de preparação de eleições livres devido à total autoridade exercida pelos Soviéticos. Estaline protestava queixando-se da situação na Grécia, ocupada pelos Ingleses. Além disso, os ocidentais queriam ver devolvidos os seus bens e instalações industriais situados na Roménia ou receber as respectivas indemnizações. Mas os Soviéticos tinham confiscado as instalações considerando-as propriedades alemãs.

Quanto à Alemanha, a Conferência de Potsdam definiria os princípios políticos e económicos que presidiram às acções de controlo Aliado no período do imediato após-guerra e cujas consequências seriam determinantes para o gradual afastamento entre a URSS e os Aliados Ocidentais. Estabelecia-se, entre outras medidas, o desarmamento completo e a desmilitarização da Alemanha, o controlo da educação, a descentralização e a democratização, não se prevendo no imediato a criação de um governo central. Ficou ainda previsto um controlo rigoroso sobre os limites da produção económica. Fixaram-se as indemnizações e as futuras fronteiras comprometendo-se os Ocidentais a apoiar, numa futura conferência de paz, as pretensões soviéticas sobre uma parte da Prússia Oriental. A Leste da Linha Oder-Neisse estabeleceu-se apenas que os territórios seriam provisoriamente administrados pela Polónia, não fazendo parte da zona de ocupação soviética.

A URSS viu ainda ser recusada pelos Ocidentais a constituição de um «trusteeship» para a Líbia Italiana. Quanto às suas pretensões de controlo sobre os estreitos turcos, ficou apenas decidido rever as disposições da Conferência de Montreux.

Durante a conferência houve uma interrupção, devido a eleições na Inglaterra. A vitória dos trabalhistas não traria, no entanto, alterações de fundo à política externa britânica.

Os resultados da Conferência de Potsdam foram, na época, considerados um sucesso diplomático pelos Ocidentais. Os acordos assinados pareciam poder vir a garantir as bases necessárias ao restabelecimento, a curto prazo, da estabilidade política europeia.

Mas a realidade dos factos que se seguiram e o não cumprimento dos acordos estabelecidos, colocariam de novo a Europa na iminência de um conflito. Em breve, as divergências entre os Aliados vencedores ultra-

passavam o plano diplomático atingindo as dimensões de um conflito político de desenvolvimento imprevisível.

### 3 — A FORMAÇÃO DOS BLOCOS

Os tratados de paz entre os Aliados e os países satélites da Alemanha nazi, e a questão da ocupação da Alemanha, constituíram as primeiras instâncias do processo global de afastamento entre o Ocidente e o Leste, que as divergências anteriores — surgidas ainda durante o conflito — deixavam já antever como possível.

Os primeiros diferendos graves apareceram no decorrer da Conferência de Paris no Verão de 1946, onde se discutiram os tratados de paz com a Roménia, a Itália, a Bulgária e a Finlândia. Em Londres, em Setembro e Outubro de 1945, e em Dezembro desse ano, os Três Grandes tinham encontrado grandes dificuldades em chegar a um acordo quanto aos tratados de paz e o impasse mantinha-se agora.

Em Janeiro de 1946 começara a resolver-se a questão do Tratado de Paz com a Itália, que se saldou em elevadas perdas territoriais para este país.

A França era, entretanto, admitida às conversações, e os Quatro Grandes reuniram-se em Paris entre Abril e Junho de 1946. A 29 de Julho desse ano abria finalmente a Conferência de Paris que se prolongou até 15 de Outubro, reunindo delegados de vinte e um países. Aí ficaram claramente evidentes os primeiros sinais de «inimizade intransigente» entre a União Soviética e os Ocidentais. Tal como em 1919, os tratados foram «ditados» e não negociados. Num número acentuado de votações registou-se um alinhamento dos cinco países da Europa de Leste com a URSS, contra o Ocidente, numa posição que veio sublinhar o ambiente de toda a conferência evidenciando o aprofundamento da cisão entre os blocos.

Os termos dos tratados seriam finalmente aceites numa reunião do Conselho dos Ministros dos Negócios Estrangeiros celebrada em Nova Iorque em fins de 1946. Aos Estados derrotados foram exigidas pesadas indemnizações que se destinavam a perpetuar situações de dependência económica, enquanto os potenciais militares eram drasticamente reduzidos e limitados.

As decisões de colocar o porto de Trieste sob a protecção do Conselho de Segurança da ONU e de proclamar a liberdade de navegação no Danúbio e no Mar Negro para todos os países, em Julho de 1948, foram tomadas num período de grande tensão internacional e contra uma forte oposição da URSS. Vinham, assim, agravar as rivalidades entre o Ocidente e o Leste reavivando de novo os tradicionais conflitos da questão balcânica» sobre as influências comerciais e a segurança.

O problema da Áustria seria adiado até 1955, ano em que foi possível concluir o Tratado de Paz, devido aos interesses económicos e energéticos da URSS sobre aquele país.

Foi porém a questão da paz com a Alemanha e da ocupação do território alemão que se transformaria no contencioso mais grave e cuja solução, deliberadamente deixada para o fim, nunca seria totalmente resolvida devido aos acontecimentos preliminares da guerra fria.

Desde Janeiro de 1944 que a Inglaterra tomara a iniciativa de propor um acordo sobre as zonas de ocupação. Imediatamente aceite pela URSS, pelas vantagens territoriais que previa, a proposta seria também aceite por Roosevelt em Fevereiro de 1945, após algumas modificações, durante a Conferência anglo-americana de Malta. Mas entretanto, em Outubro de 1944, Russos e Ingleses concordavam em convidar a França para integrar a Comissão Consultiva Europeia, facto que se verificou no mês seguinte, alguns dias após a assinatura do acordo sobre as zonas de ocupação, em 14 de Novembro de 1944. A França seria mais tarde, através das decisões de Ialta, convidada a fazer parte da Comissão de Controlo Aliado e a tomar parte na ocupação através de uma subdivisão das zonas inglesa e americana.

Mas uma vez estabelecidas as zonas geográficas da ocupação, deparavam-se aos Aliados problemas políticos e económicos cuja complexidade estaria na origem de uma futura divisão da Europa. Entre as questões políticas salientavam-se as necessidades de elaboração do tratado de paz e de um sistema de governo alemão, além do problema da fusão entre as zonas ocupadas. Quanto aos aspectos económicos, impunha-se um controlo das indemnizações, o que pressupunha o controlo dos níveis de produção da indústria alemã de modo a permitir as reparações exigidas pelos Aliados sem, no entanto, ultrapassar os limites acordados em Potsdam.

As divergências entre as quatro potências sobre estas questões eram acentuadas. A incapacidade de atingirem um acordo para a conclusão do

tratado de paz inviabilizou uma solução de conjunto para os problemas políticos. O primeiro impasse surgiu pela oposição francesa, em Dezembro de 1945, à formação de uma administração central alemã. O problema alemão seria de novo discutido em Julho de 1946, em Paris, onde Molotov declarou a posição soviética favorável à unificação da Alemanha e contra a posição da França e das suas reivindicações territoriais sobre o Sarre, opondo-se, além disso, à unificação económica da Alemanha, que Ingleses e Americanos apoiavam devido ao facto de as suas respectivas zonas de ocupação serem insuficientes em termos de produção agrícola. Perante esta oposição os Ocidentais decidiram empreender uma acção separada unificando economicamente as suas duas zonas a partir de 1 de Outubro de 1946. Byrnes pronunciara-se, entretanto, em Setembro, pela unificação alemã, mas a 3 de Outubro declarava em Paris que o novo Estado alemão deveria revestir uma forma federalista, propondo ao mesmo tempo a conclusão de um tratado entre as quatro potências ocupantes que garantisse o desarmamento e a desmilitarização da Alemanha durante quarenta anos.

Estaline declarava-se favorável à unificação política baseada na desmilitarização e na democratização da Alemanha.

Em Novembro os Quatro Grandes discutiam de novo em Nova Iorque os problemas alemães mas decidia-se apenas consagrar a própria reunião, de Março de 1947 em Moscovo, à questão do tratado de paz com a Alemanha.

O ano de 1946 tinha registado uma crescente tensão entre os Aliados. Enquanto os representantes das potências vencedoras se reuniam regularmente evidenciando a inviabilidade de encontrarem soluções de conjunto para o futuro da Europa e para os problemas da Alemanha, os conflitos reacendiam-se nos países ocupados pelos Aliados nos Balcãs e no Próximo Oriente.

O Governo iraniano reclamara em Maio de 1945 a retirada antecipada das tropas Aliadas. Em Agosto, o partido Tudeh, pró-comunista, transformava-se no Partido Democrático do Azerbaijão, de tendências separatistas, e organizava uma revolta. Enquanto os Ingleses iniciavam a retirada, os Soviéticos reforçavam a sua presença militar. Em Dezembro, os revoltosos organizavam eleições e proclamavam a República Autónoma do Azerbaijão nomeando um governo chefiado por um veterano do Komintern. Os Ingleses, que se deslocaram a Moscovo alguns dias depois, foram colocados perante um facto consumado, enquanto Molotov recusava a formação de

uma comissão dos Três Grandes para o Irão, bem como a proposta anglo-americana de evacuar o país a partir de 1 de Janeiro de 1946.

Ainda em Dezembro de 1945, os Curdos, assistidos pelos Soviéticos, separavam-se do Azerbaijão, assinando com este, em Abril de 1946, um Tratado de Aliança Militar e de Amizade.

Em 19 de Janeiro de 1946, perante a atitude soviética de manter a ocupação, o Irão submetia a questão ao Conselho de Segurança da ONU que, numa manifesta atitude de impotência, remetia a solução do problema para conversações directas russo-iranianas as quais, até Março desse ano, não produziram quaisquer efeitos. Enquanto isso, a 2 de Março as últimas tropas americanas e inglesas abandonavam o Irão deixando o país à mercê dos Soviéticos que mantinham as suas posições. Perante os protestos formais dos Ocidentais e do Governo iraniano, o Conselho de Segurança reexaminava a questão. A URSS declarou então estar disposta a abandonar o Irão e a estabelecer um acordo com este país, envolvendo aspectos petrolíferos. O acordo viria a celebrar-se a 4 de Abril de 1946. A sua ratificação, em 14 de Junho, representava uma vitória comunista, quer pelo estatuto de autonomia que reservava ao Azerbaijão, quer pelo facto de no Governo Central passarem a existir ministros comunistas do partido Tudeh, quer ainda pelas vantagens petrolíferas conseguidas.

Os Ocidentais reagiram. Tropas inglesas apoiaram uma revolta de tribos do Sul. Em Outubro de 1946 os ministros comunistas saíam do Governo, e nas eleições de Dezembro, depois de submetido o Azerbaijão e o movimento Curdo, o Governo comunista caía. Em Janeiro de 1947, o novo Governo recusava a ratificação do acordo petrolífero russo-iraniano. As pressões soviéticas levariam à celebração, em 20 de Junho de 1947, de um acordo sobre fornecimento de material militar, que seria ratificado em Fevereiro de 1948.

As pressões soviéticas sobre a Turquia começavam em Março de 1945, com a denúncia do Tratado de Neutralidade e Amizade, cuja renovação ficava condicionada à restituição de alguns territórios e à substituição do Tratado de Montreux de 1936 (sobre os estreitos de Bósforo e Dardanelos) por uma nova convenção. Em Novembro de 1945 Truman propunha à Turquia a abertura dos Estreitos aos navios mercantes de todos os países e aos navios de guerra dos países ribeirinhos do mar Negro. A Inglaterra e a Turquia admitiam a proposta como base de discussão mas, em Agosto de 1946, os Soviéticos pediam que a defesa dos Estreitos fosse confiada

em comum à Turquia e à URSS. Os Ocidentais e a Turquia recusaram, pelo alcance geoestratégico da proposta, que no fundo consubstanciava o velho sonho czarista de atingir os mares quentes. Os acordos de Montreux não puderam ser revistos, apesar da proposta ocidental, em Outubro de 1946, pela realização de uma conferência. As pressões soviéticas continuariam entretanto a ameaçar a Turquia.

Também na Grécia, desde Outubro de 1944, os Ingleses se viram obrigados a reprimir uma revolta pró-comunista e a pressionar a celebração de um acordo entre a resistência e o regente (que viria a verificar-se em Varkiza em Janeiro de 1945), prevendo, entre outras disposições, a introdução de métodos democráticos. Mas o acordo não restabelecia a paz interna e, em Julho de 1945, a Grécia acusava a Bulgária de incursões no seu território. Apesar da crise interna, realizavam-se eleições em Março de 1946, na presença de observadores ocidentais. Perante a vitória monárquica e o plebiscito que se seguiu, confirmando a vontade popular quanto ao estabelecimento de um governo democrático e ao regresso do rei George II, o partido comunista denunciou pretensas irregularidades eleitorais e a guerra civil recomeçou com grande violência e visivelmente sustentada do exterior pela Bulgária e pela Jugoslávia.

Submetida a questão ao Conselho de Segurança da ONU, foi nomeada uma comissão que não pôde concluir sobre a efectividade da intervenção estrangeira. No início de 1947, a Grécia constituía mais um ponto de atrito entre o Leste e o Ocidente.

Foi perante esta evolução conflitual que a conferência dos Ministros dos Negócios Estrangeiros Aliados, reunida em Moscovo em Março de 1947, tentaria uma vez mais, em vão, resolver o problema da Alemanha. Logo de início, a reunião seria influenciada pela recente Declaração da Doutrina Truman. Ao propor o auxílio militar à Grécia e à Turquia, substituindo-se a presença britânica naqueles países, o presidente americano iniciava uma série de acções que, prolongadas pelo Plano Marshall, revelavam um objectivo político e estratégico de contenção do avanço soviético, não só na Europa mas onde a ameaça da expansão comunista se verificasse, facto que em breve se concretizaria originando a guerra fria <sup>(1)</sup>.

---

(1) Cfr. Louis J. Halle, «The Cold War As History», p. 123.

Cedo se aperceberam os Aliados, da impossibilidade efectiva de acordo sobre as bases essenciais conducentes à realização de um tratado de paz com a Alemanha e com a Áustria, ou sobre as fronteiras orientais da Alemanha, ou sobre a redução das tropas dos ocupantes.

Na perspectiva de uma futura conferência de paz, foi também impossível chegar a um acordo quanto à sua composição visto a URSS querer excluir os Domínios da Commonwealth, os países sul-americanos e a Turquia. Molotov protestou contra a unificação das zonas americana e inglesa, efectuada em 1 de Janeiro de 1947, e reclamava de novo indemnizações retiradas parcialmente da produção total alemã, o que lhe foi recusado já que os Aliados Ocidentais tinham investido capitais nas suas zonas.

Quanto ao Governo alemão, a França insistiu na descentralização federativa, de fraco poder central, enquanto a União Soviética advogava a centralização total e o controlo parcial do Ruhr. A Inglaterra pronunciava-se por um Governo federal forte, com poderes de controlo efectivo sobre a política externa, as alfândegas, os bancos, a moeda e os transportes.

Em Abril chegava-se finalmente a um acordo quanto aos procedimentos a seguir para a criação de Governo, mas não quanto à sua forma. A própria tentativa americana de concluir entre os Aliados um tratado de aliança contra a Alemanha falhou. Procurava-se assim impedir a remilitarização da Alemanha, mas a URSS recusou a proposta.

Em Novembro de 1947 reunia-se em Londres, de novo, o Conselho dos Ministros dos Negócios Estrangeiros Aliados, mas as circunstâncias, ainda mais desfavoráveis do que em Março, provocaram o malogro total da conferência, onde foram repetidas as posições de Moscovo.

Molotov acusava os Ocidentais de «má fé» e exigia a união política imediata da Alemanha e a constituição de um Governo central, sem que previamente se tivessem tomado medidas preparatórias da união económica ou política das quatro zonas. A chamada «conferência da última oportunidade» terminava assim, em Dezembro de 1947. Estavam perdidas as esperanças de uma reunificação alemã, a Europa estava dividida, e em breve o mundo alargaria essa cisão consolidando-se em torno de dois blocos opostos.

Estavam esgotadas as possibilidades de entendimento pelo diálogo. A evolução dos acontecimentos entraria em breve na área do conflito político tornado inevitável pela intransigência das posições. A partir de agora a utilização do diálogo como arma privilegiada em relações inter-



nacionais não visava já o entendimento ou o acordo parcial mas apenas o restabelecimento de um consenso mínimo que mantivesse, ao menos, o próprio diálogo, evitando a ruptura e o aprofundamento trágico dos conflitos pontuais que as negociações não tinham conseguido resolver e que, num futuro muito próximo, ensombrariam, através da Europa dividida por uma «cortina de ferro», as relações entre os dois blocos, irreversivelmente antagónicos.

As rivalidades entre o Ocidente e o Leste impunham agora um sistema bipolar de relação de forças, gerador de um clima de confrontação que caracterizou a nova ordem política internacional no após-guerra.

#### 4 — A GUERRA FRIA

A necessidade de reconstrução de uma Europa devastada pela guerra e a resolução dos problemas decorrentes da consequente recuperação económica estiveram na origem de uma série de acções e da criação de vários organismos a nível da ONU, dos Aliados Ocidentais e da Europa Ocidental, destinados à reorganização socioeconómica e ao auxílio em todos os sectores da vida das populações e da administração.

A medida que se aprofundava a cisão entre os Aliados Ocidentais e a URSS, perante a esterilidade do diálogo e a dura realidade dos factos, a Europa compreendeu que as suas necessidades imediatas não se limitavam aos aspectos da recuperação socioeconómica mas que se alargavam aos domínios da segurança, no sentido da preservação de uma identidade própria, de um passado histórico e de uma herança política e cultural indeclináveis que se encontravam uma vez mais ameaçados, agora pela intransigência e agressividade das atitudes soviéticas.

A doutrina Truman, formulada em Março de 1947, previa novas formas de auxílio, justificadas pela evolução dos acontecimentos. Insistindo sobre a gravidade da situação internacional, nomeadamente nos casos da Grécia, que apelara directamente à assistência norte-americana, e da Turquia, onde a ameaça soviética era também uma realidade, Truman conseguiu a aprovação pelo Congresso dos auxílios económicos necessários para assegurar a independência nacional desses países, evitando a implantação de regimes totalitários comunistas como acontecera já na Polónia, na Bulgária e na Roménia. Tratava-se, pois, de um auxílio que ultrapassava o plano econó-

mico, concretizando-se a nível militar e com profundo significado político.

Após o malogro da Conferência de Moscovo, a França e a Itália remodelavam os respectivos Governos, em Maio de 1947, substituindo todos os ministros comunistas, numa posição declaradamente pró-occidental.

Em Junho do mesmo ano, o secretário de Estado americano Marshall expunha as grandes linhas de um plano de auxílio em larga escala às economias europeias afectadas directa ou indirectamente pela guerra, e extensível, portanto, aos países do próprio bloco soviético. A doutrina Truman era assim complementada pelo Plano Marshall numa manifestação inequívoca da importância que os EUA atribuíam à Europa como «elemento decisivo para o equilíbrio mundial»<sup>(2)</sup>. Por outro lado, se a «doutrina Truman» poderia ser interpretada pelo Leste como o apelo a uma «cruzada», o Plano Marshall, não obstante os objectivos políticos e económicos subjacentes, convidava a uma reconciliação geral baseada na resolução das problemáticas comuns através da cooperação de todos os países interessados<sup>(3)</sup>.

Mas entretanto a tensão não deixava de aumentar. Em Janeiro de 1947 os Soviéticos esmagavam o Governo polaco e em Fevereiro intervinham politicamente na Hungria. A URSS aceitaria, no entanto, o convite para uma conferência com a França e a Inglaterra, que se reuniu em Paris em Junho de 1947 para a discussão dos termos do plano Marshall. Continuando a campanha de descrédito que vinha sendo lançada pela imprensa soviética, Molotov opôs-se à organização de comités sectoriais sugerida por Bidault e criticou agressivamente o Plano Marshall considerando que os comités atentavam contra as independências dos Estados e que os países do Leste tinham já as suas economias orientadas e que não iriam alterá-las.

A URSS aceitaria apenas um auxílio bilateral sem condições nem controlo. Evidenciava-se o receio de que um empreendimento conjunto no campo socioeconómico atenuasse a influência soviética na Europa de Leste aumentando simultaneamente a coesão e o poder de resistência da Europa Ocidental. No início de Julho Molotov acusava a Inglaterra e a França de dividirem a Europa e de a quererem colocar sob o controlo de «certas grandes potências», numa alusão clara aos EUA.

---

(2) Cfr. J. B. Duroselle, «Histoire Diplomatique de 1919 à Nos Jours», p. 474.

(3) Cfr. André Fontaine, «Histoire de La Guerre Froide», vol. I, p. 383.

Apesar desta reacção negativa dos Soviéticos, os Aliados Europeus convidavam todos os países da Europa para uma conferência destinada a examinar a proposta americana. A Finlândia recusava por motivos «geográficos e políticos». A Checoslováquia, que a princípio aceitou o convite, chegando a nomear uma delegação, acabou por decliná-lo por coacção da URSS que, a 8 de Julho, anunciava pela rádio que a Roménia e a Polónia recusavam o convite, tal como aconteceria mais tarde à Albânia, à Hungria e à Jugoslávia. A rejeição do Plano Marshall pelos Soviéticos forçara a recusa de todo o bloco Leste, comprovando a hegemonia soviética sobre a política externa dos países da Europa Oriental.

A conferência reunia-se em Paris a 12 de Julho. Presentes encontravam-se apenas os representantes dos países da Europa Ocidental. Estava pela primeira vez patente a linha divisória da Europa entre os Ocidentais que aceitavam o auxílio americano, e os satélites da URSS, forçados por esta a recusá-lo, considerando-o como uma manifestação imperialista e destinado ao domínio político e económico da Europa, como primeiro passo para uma guerra de conquista contra a URSS. A «cortina de ferro» descrita por Churchill no seu discurso de Fulton, Missouri, em 5 de Março de 1946, adquirira contornos inequívocos e evidenciava agora o seu poder de resistência às tentativas conciliatórias do Ocidente.

No Leste continuavam as intervenções soviéticas: em Agosto na Hungria, em Setembro na Bulgária, enquanto a Jugoslávia ameaçava ocupar Trieste. A principal reacção soviética ao Plano Marshall foi, no entanto, a criação do Kominform, organismo de ligação e informação entre os países de Leste, onde a influência soviética era muito superior à do extinto Komintern. No discurso de abertura da organização reconhecia-se a divisão do mundo em dois campos, o «imperialista» e o «anti-imperialista».

De facto, em Dezembro, o Governo de Praga interrompia as negociações para um tratado de assistência com a França contra a Alemanha. Apesar do êxito comunista nas eleições de 1946, a recusa soviética de autorizar a delegação checa a assistir à conferência sobre o Plano Marshall provocou tensões políticas que os comunistas aproveitaram para tomar totalmente o poder. O «Golpe de Praga» decorreu entre Fevereiro e Março com o suporte e a protecção declarada dos Soviéticos. Os Ocidentais assistiam impotentes a uma questão política interna da Checoslováquia que o Conselho de Segurança da ONU não tinha competência para resolver.

A «guerra fria»<sup>(4)</sup> atingira um estado de tensão que o bloqueio de Berlim viria em breve aumentar e cujos acontecimentos estiveram entre as causas próximas das negociações para a formação do Pacto do Atlântico.

O malogo da «conferência da última oportunidade», em Londres, em Dezembro de 1947, e o agravamento da guerra fria, demonstraram aos Ocidentais a impossibilidade de acordos com a URSS sobre a Alemanha cujo estatuto deveria — na opinião dos Ocidentais — sofrer uma profunda transformação. Em Fevereiro de 1948, e apesar dos protestos dos Soviéticos, reunia-se em Londres uma conferência dos Aliados Ocidentais. Ao mesmo tempo, os ministros dos negócios estrangeiros de Leste, reunidos em Praga, condenavam o método de negociações separadas sobre a Alemanha. Na primeira fase da conferência tudo pareceu indicar que a URSS se associaria às decisões. Mas, em 20 de Março, o representante soviético do Conselho de Controlo interaliado de Berlim interrompia a sessão do Conselho. Todos os organismos quadripartidos deixaram de funcionar, com excepção da «Kommandantur» que controlava a administração municipal de Berlim.

A conferência continuou em Londres, chegando-se, em 1 de Julho de 1948, a um acordo sobre o futuro das suas respectivas zonas de ocupação, sobre a futura forma de Governo e sobre a criação de uma comissão militar de segurança encarregada de controlar a desmilitarização alemã. Nesse mesmo dia os Soviéticos encerravam também a «Kommandantur» em Berlim.

Os Soviéticos vinham, entretanto, tomando medidas contra a nova política dos Ocidentais. A 31 de Março, o representante soviético em Berlim pretendeu controlar militarmente os contactos entre as zonas ocidentais da cidade e a parte ocidental da Alemanha, no intuito de obrigar os Ocidentais a abandonar Berlim. A partir de fins de Maio, os contactos de Berlim com o mundo exterior foram progressivamente dificultados em todos os aspectos pelos Soviéticos. Os Ocidentais recorriam a uma ponte aérea como meio de manterem o fornecimento às suas guarnições.

---

<sup>(4)</sup> A expressão «guerra fria», utilizada durante a década de 30 em referência a actividades de «quinta coluna», popularizou-se no sentido de exprimir o conflito político entre os dois blocos, a partir do livro do mesmo nome, do jornalista americano Walter Lippmann publicado em fins de 1947.

A 7 de Junho eram comunicadas ao representante soviético em Berlim as decisões da conferência de Londres. Alguns dias mais tarde, dando cumprimento aos acordos respectivos, os representantes ocidentais instituíam a circulação de uma nova moeda nas suas três zonas criando um Banco de Estado único para as mesmas. O representante soviético protestou e a 22 de Junho anunciava uma reforma monetária na zona oriental, incluindo Berlim, que considerava integrado na zona de ocupação soviética. A 1 de Julho o último organismo quadripartido ainda a funcionar foi, como vimos, encerrado pelos soviéticos cujas autoridades bloquearam totalmente as vias de comunicação com a cidade.

Durante os meses de Julho e Agosto sucederam-se as diligências dos embaixadores ocidentais junto de Molotov e Estaline, mas sem resultados. Os Soviéticos acusavam os Ocidentais da responsabilidade do bloqueio exigindo a adopção do marco oriental e da reforma monetária soviética como condições prévias para o levantamento do bloqueio. Em Outubro, o Conselho de Segurança da ONU tentava em vão chegar a um compromisso perante o veto soviético. O bloqueio prolongar-se-ia durante perto de um ano. Os Ocidentais enfrentavam o desafio soviético, recusando a responsabilidade do bloqueio e a reforma monetária nos termos dos Soviéticos, aceitando responder firmemente à prova de força que lhes era imposta.

A ponte aérea continuou a abastecer Berlim Ocidental. No início de 1949 os Soviéticos reconheciam o fracasso da sua tentativa. O bloqueio seria levantado a 12 de Maio mas a ponte aérea prolongava-se ainda por mais alguns meses.

No dia 8 de Maio era adoptada a lei fundamental da nova República Federal da Alemanha. Uma semana depois era criada a Constituição da República Democrática Alemã, por um congresso do povo e segundo o modelo das democracias populares.

A partir de então sucederam-se as tentativas para a unificação da Alemanha. Em Março e Setembro de 1950, Adenauer propunha a organização de eleições livres em todo o território alemão. Em Maio a RDA e a Polónia assinavam o acordo que reconhecia a linha Oder-Neisse como fronteira definitiva entre os dois países, e em Dezembro o presidente Grotwohl da RDA propunha a reunião de um Conselho Constituinte que integraria representantes das duas Alemanhas. Mas as negociações seriam interrompidas sem sucessos visíveis.

A Europa estava, no entanto, longe de conhecer uma estabilidade duradoura. A 25 de Maio, a reunião do Conselho dos Ministros dos Negócios Estrangeiros Aliados, em Paris, não chegava a qualquer resultado positivo. A guerra fria atingira o seu auge na Europa. A 14 de Julho a URSS fazia explodir a sua primeira bomba atômica, enquanto na Ásia, a 21 de Setembro, Mao Tsé-Tung proclamava a República Popular da China, concretizando o triunfo do comunismo chinês.

A consciencialização da ameaça que pesava sobre a Europa reforçava entretanto os ideais de união europeia e a coesão entre os Governos da Europa Ocidental. A 9 de Maio de 1950, o Plano Schumann, elaborado com a colaboração de Jean Monet, vinha precisamente evidenciar esse desejo de unidade procurando, no imediato, ultrapassar as tensões franco-alemãs geradas pela questão do Sarre e substituir-se ao Conselho da Europa cujos resultados, em termos de unificação política europeia, eram pouco sensíveis.

A evolução dos acontecimentos na Ásia começava, entretanto, a produzir efeitos na condução da política europeia. A aproximação russo-chinesa iniciava-se em Novembro de 1949, levando posteriormente ao estabelecimento de relações diplomáticas, a que se seguiu um período de intensos contactos, e que culminaram em Fevereiro de 1950 com a assinatura de três acordos sino-soviéticos, durante a estada de Mao em Moscovo.

A França e a Inglaterra tinham reconhecido a República Popular da China em Janeiro de 1950. Mas os EUA não o podiam fazer, pois isso implicaria a interrupção de apoio ao regime da Formosa, com graves consequências para a estratégia de contenção preconizada pela Casa Branca e na qual se inserira a decisão de fabricação da bomba «H», anunciada por Truman a 31 de Janeiro desse ano. Esta diferença de posições euro-americanas sobre a República Popular da China teria consequências durante a Guerra da Coreia.

A difícil questão coreana assemelhava-se à divisão operada na Alemanha entre a URSS e os Aliados Ocidentais. No caso da Coreia, porém, os EUA tinham retirado as suas forças estacionadas a Sul do paralelo 38 mantendo apenas uma missão militar num total de cerca de quinhentos homens.

Entre Janeiro e Maio de 1950 as autoridades sul-coreanas advertiram sucessivas vezes as autoridades militares americanas e a Comissão das Nações Unidas para a iminência de uma agressão. Finalmente, a 25 de

Junho, as tropas da Coreia do Norte invadiam o Sul em toda a extensão do paralelo 38.

A intervenção americana, processada no âmbito das atribuições do Conselho de Segurança da ONU, responderia o bloco comunista com a intervenção de «voluntários» chineses, em Outubro. As hostilidades prosseguiram com intensidade variável e em simultâneo com as negociações para um armistício (iniciadas em 10 de Junho de 1951), que seria assinado só em 27 de Julho de 1953, já depois da morte de Estaline.

A guerra fria transferia-se em 1950 para o cenário asiático. Mas, para a Europa Ocidental, a aproximação sino-soviética e a Guerra da Coreia pressagiavam a continuação do clima de tensão nas relações internacionais, acentuando o «vazio militar» a Ocidente da «cortina de ferro».

Em Setembro de 1950 os EUA sugeriam oficialmente ao Conselho do Atlântico o rearmamento da Alemanha. Perante a oposição da França ao rearmamento alemão e à admissão da Alemanha ao Pacto do Atlântico, o Plano Pleven avançava a ideia de um «exército europeu» que integraria forças alemãs. O projecto não viria a concretizar-se. Mas fora reconhecida a necessidade evidente da inclusão da Alemanha Federal no sistema defensivo ocidental como membro da OTAN.

A Europa Ocidental tinha agora a consciência clara da verdadeira ameaça que sobre ela pesava, e uma perspectiva correcta das suas potencialidades e dimensões globalizantes.

## 5 — A POLÍTICA DE ALIANÇAS

A evolução das acções de guerra conduzidas pela Alemanha e a crescente ameaça do Japão, determinaram uma estreita cooperação entre os EUA e a Europa que viria a culminar numa aliança.

Desde Julho de 1940, Ingleses e Americanos desenvolveram esforços no sentido de coordenar a sua política e as acções militares.

Em fins de Agosto, a Inglaterra acedia a alugar aos Americanos, por um período de 99 anos, bases na Terra Nova, Bermudas, Bahamas, Jamaica, outros pontos das Antilhas e da Guiana Britânica, contra a cedência de 50 «destroyers» americanos. Em Dezembro, era decidido o empréstimo de material de guerra à Inglaterra. A respectiva lei seria aprovada em

Março de 1941, prevendo o reembolso em serviços, bens ou outro meio a acordar.

O ataque alemão contra a URSS e a eventualidade de um ataque japonês provocaram, em 23 de Junho de 1941, a declaração inglesa de apoio à União Soviética e, em 16 de Agosto, os embaixadores americano e inglês em Moscovo ofereciam oficialmente à URSS as ajudas cujas modalidades seriam fixadas em Outubro e Novembro.

Foi porém em Agosto de 1941 que Churchill e Roosevelt realizaram o histórico encontro a bordo de um navio de guerra na Terra Nova, onde se discutiram a ameaça japonesa e o projecto de uma «Carta do Atlântico».

Nele se enunciavam os princípios democráticos que deveriam caracterizar as relações internacionais num futuro após-guerra. O documento, de 26 de Agosto de 1941, constituía, assim, a primeira tentativa de formulação dos princípios que deveriam reger as nações da comunidade internacional após o restabelecimento da paz, ultrapassando assim os objectivos imediatos dos Ocidentais. Previa-se, nomeadamente, que após a destruição do nazismo seria elaborada uma paz que garantisse a segurança internacional. Os EUA comprometiam-se ainda, no caso de entrarem no conflito, a darem prioridade à luta contra a Alemanha.

A noção de «segurança» aparece aqui pela primeira vez aplicada numa perspectiva de futuro ao âmbito internacional generalizado, e perante os factos concretos da guerra na Europa. Por outro lado, a realidade alemã era o objectivo militar e ideológico, como perigo iminente que constituía, e que importava vencer e destruir, como condição determinante do restabelecimento da segurança europeia.

A Aliança Atlântica agora celebrada entre os EUA e a Commonwealth Britânica continha em embrião os princípios que viriam no após-guerra a concretizarem-se institucionalmente em organizações de cooperação económica e de segurança regional.

Os tratados que se seguiram reflectiam as mesmas preocupações. Em 26 de Maio de 1942 a Inglaterra assinava um tratado de aliança com a URSS dirigido contra a Alemanha e seus aliados, prevendo-se no após-guerra uma acção política e económica comum no sentido de evitar novas agressões alemãs. Válido por vinte anos, o tratado anglo-soviético impedia ainda que cada um dos signatários participasse em coligações contra o outro.



Em Novembro de 1944 a França tentava desempenhar um papel de medianeira entre o Ocidente e o Leste, cujas divergências se começavam a revelar perante a proximidade da vitória aliada. Bidault pronunciava-se por uma aliança a Ocidente e a Leste, recusando que a posição da França se limitasse a privilegiar uma das áreas. Em Dezembro as negociações de Moscovo terminaram com um tratado de aliança franco-soviético, dirigido exclusivamente contra a Alemanha, comprometendo-se as partes a eliminar novas tentativas de agressão alemã e a prestarem todo o auxílio mútuo no campo económico. Tal como no tratado anglo-soviético, cada um dos signatários ficava impedido de participar em coligações contra o outro.

Mas também no Leste europeu a política de tratados de aliança se vinha desenvolvendo. Em 1941 assinava-se o tratado de aliança entre a Checoslováquia e a URSS contra a Alemanha. Em 12 de Dezembro de 1945 ambas as potências celebravam um novo tratado prevendo a futura assinatura de armistícios e tratados de paz em conjunto. Tratados semelhantes viriam a unir a União Soviética à Jugoslávia em Abril de 1945, e à Polónia no mesmo mês. Todos eles se dirigiam contra a Alemanha e previam assistência mútua contra novas agressões da Alemanha ou dos seus ex-satélites.

A partir de 1946 a Jugoslávia assinava tratados idênticos com todos os países da Europa de Leste, nomeadamente com a Checoslováquia e com a Polónia. Mas no ano seguinte, a visível degradação do diálogo entre o Ocidente e o Leste levava a que os novos tratados assinados nesse ano entre a Jugoslávia, a Hungria e a Roménia, em meados de Dezembro, não fossem apenas dirigidos contra a Alemanha mas previssem já uma assistência mútua contra qualquer agressão, tendo a Bulgária e a Albânia assinado um tratado análogo também em Dezembro de 1947 e a Hungria e a Roménia feito o mesmo em Janeiro de 1948. Seguiram-se-lhes uma série de tratados bilaterais de assistência, todos redigidos nos mesmos termos, celebrados até Julho de 1948 entre os países de Leste, nomeadamente entre a URSS e cada um dos seus satélites, prevendo agora que a agressão pudesse vir de outro país que não a Alemanha.

Do lado ocidental, já depois da conclusão do armistício na Europa, e apesar do estado precário das relações com a URSS, o Tratado de Dunquerque, celebrado entre a França e a Inglaterra em 4 de Março de 1947, era ainda dirigido exclusivamente contra a Alemanha prevendo futuras agressões. A Inglaterra, por seu lado, procurando uma continuação da

aliança com o Leste no período do após-guerra como meio de conter a degradação verificada nas relações da URSS com a Europa Ocidental, propunha à União Soviética o prolongamento do Tratado de 1942 por mais 50 anos, o que seria recusado pelos Soviéticos. A ruptura que, de facto, se produziria nas relações interaliadas com o Leste durante o ano de 1947 revelava, finalmente, aos Ocidentais, que a questão da segurança europeia não estava já ameaçada pela Alemanha — ocupada e governada pelos vencedores — mas que a verdadeira ameaça vinha, a partir de então, da URSS. A sua área de influência estendia-se até ao centro de uma Europa devastada pela guerra, militarmente enfraquecida, e que se encontrava agora perante os exércitos vermelhos que se mantinham mobilizados e estacionados desde a Alemanha de Leste (portanto já para ocidente da linha a que Churchill se referira como «cortina de ferro») à Áustria e aos Balcãs.

O Golpe de Praga, em Fevereiro de 1948, viria mostrar à evidência a natureza e as potencialidades da ameaça soviética. Impunha-se ao Ocidente a criação de um novo sistema de alianças defensivas. A compreensão deste facto levou a França e a Inglaterra a proporem aos países do Benelux, em Janeiro de 1948, a realização de estudos no sentido da conclusão de um pacto político. Em 4 de Março desse ano, reunia-se em Bruxelas uma conferência onde os países do Benelux insistiram para que o pacto fosse completado por acordos militares. O texto do Tratado de Bruxelas seria assinado em 17 de Março de 1948, entrando em vigor, depois das respectivas ratificações governamentais, por um prazo de cinco anos.

Nele se previa um mecanismo de assistência mútua automática em caso de agressão contra um dos signatários, na Europa, e consultas no caso de agressão fora da Europa, ou em caso de ameaça alemã. Criava-se um Conselho Executivo e perspectivava-se ainda uma cooperação económica, social e cultural entre os signatários.

No próprio dia em que se iniciaram os trabalhos da conferência de Bruxelas, Georges Bidault enviava uma mensagem ao general Marshall salientando que apesar da determinação com que os países democráticos da Europa estavam empenhados a organizar a sua defesa comum, a resistência eficaz a uma possível agressão só poderia concretizar-se com a participação dos EUA. A assinatura do Pacto de Bruxelas, alguns dias mais tarde, vinha confirmar perante o Governo americano a determinação europeia baseada num ideal comum de defesa e de preservação da segurança, bem como a capacidade de organização regional contra qualquer agressão, prova

que os Americanos exigiam como condição prévia para iniciarem conversações no sentido de um acordo alargado.

A 11 de Junho, a Resolução Vandenberg era aprovada pelo Senado americano, permitindo ao Governo a conclusão da aliança em tempo de paz e fora do continente americano. O profundo significado do documento traduzia-se por uma nova perspectiva da política externa dos EUA em que o isolacionismo tradicional era oficialmente substituído por uma política de intervenção activa que ultrapassava o contexto regional do continente americano.

Em Julho, os EUA enviavam observadores militares à reunião do Comité Permanente dos signatários do Pacto de Bruxelas que se realizava em Londres. A ideia de um Pacto Atlântico entre esses países, os EUA e o Canadá, começou a desenhar-se ao longo do Verão. Em fins de Outubro os países do Pacto de Bruxelas elaboravam um estudo preliminar sobre a segurança no Atlântico Norte, declarando-se favoráveis ao princípio de um pacto que concretizasse o sistema defensivo Atlântico. O Canadá estava de acordo. A reeleição de Truman garantia, por seu lado, a continuação estável de uma nova política externa norte-americana. Em fins de Novembro, o Comité Permanente dos Cinco enviava a Washington um anteprojecto do Pacto do Atlântico e as negociações começavam no mês seguinte. A 28 de Dezembro o projecto preliminar era submetido aos Governos interessados.

A tentativa escandinava de um pacto separado fracassava pela recusa da Suécia em abandonar a sua posição de neutralidade. Entretanto, em Fevereiro de 1949 a URSS convidava a Noruega a assinar um pacto de não agressão, numa tentativa de manobra de diversão. No Sul da Europa, a Grécia propunha, também em Fevereiro, uma associação com a Inglaterra, a França e a Itália para a defesa do Mediterrâneo.

A 15 de Março de 1949 os cinco países do Pacto de Bruxelas, os EUA e o Canadá convidavam a Noruega, a Dinamarca, a Islândia, Portugal e a Itália a aderirem ao Pacto cujo texto seria publicado três dias depois com o fim de poder ser apreciado pela opinião pública antes da sua assinatura.

Essencialmente constituído por cláusulas de natureza militar, o Pacto do Atlântico previa a consulta das partes em caso de ameaça, definida esta pelo critério de qualquer dos signatários, e acções tendentes a estabelecer e garantir a segurança no Atlântico Norte, acções essas que

poderiam incluir o uso de forças militares sem que esse tipo de assistência tivesse um carácter obrigatório ou automático. O clausulado previa ainda o alargamento do Pacto, bem como a sua compatibilidade com os anteriores compromissos dos Estados signatários e com a Carta das Nações Unidas. O Pacto do Atlântico seria assinado, mas não sem os protestos soviéticos.

Os protestos comunistas contra as perspectivas de um Pacto Atlântico traduziram-se desde Fevereiro de 1949 por campanhas «a favor da paz», mas em 31 de Março os Soviéticos tomavam posição oficial enviando aos Ocidentais um «memorando» cuja conclusão acusava o Pacto de ser agressivo e dirigido contra a URSS, e de estar em flagrante contradição com a Carta das Nações Unidas, dos tratados Anglo-Soviético de 1942, Franco-Soviético de 1944, e com todos os acordos de Ialta, Potsdam, etc.

A 2 de Abril de 1949, os doze ministros dos países do Pacto do Atlântico reuniam-se em Washington e respondiam em conjunto ao memorando soviético, reafirmando a natureza defensiva do Pacto e a sua conformidade com a Carta das Nações Unidas, dirigindo-se contra a agressão armada e não contra qualquer nação ou grupo de nações.

Finalmente, a 4 de Abril de 1949 era celebrado o Tratado de Washington que reunia doze países ocidentais no Pacto do Atlântico. Apesar da oposição comunista, o pacto entrava em vigor a 24 de Agosto desse ano após as respectivas ratificações.

A 14 de Outubro, menos de um mês após a primeira explosão atómica soviética, o Congresso dos EUA aprovava o programa de auxílio militar que, no essencial, se dirigia aos signatários do Pacto do Atlântico.

A Grécia e à Turquia, na sequência das acções desenvolvidas no âmbito da «doutrina Truman», de 1947, e ao Irão, como país ameaçado, eram também destinados vultosos auxílios. Além destes países europeus, eram também contemplados os países da América do Sul, o Canadá, a Coreia do Sul e as Filipinas.

A instalação dos organismos necessários ao funcionamento do Pacto processou-se ao longo do ano seguinte, perante acentuadas dificuldades. Em 18 de Maio de 1950, o Conselho de Ministros dos países signatários, reunido em Londres, decidia a constituição de um Conselho Permanente que dirigiria as operações de cinco grupos regionais operacionais, num sistema complexo onde as competências não estavam claramente definidas. Numa nova reunião do Conselho, em Bruxelas, em Dezembro de 1950,

era estabelecido o SHAPE que, sob a direcção de Eisenhower, ultrapassava diferendos, suusceptibilidades nacionais, conflitos de competências, etc., estabelecendo um princípio de eficácia e solidariedade na nova força integrada que substituiu os exércitos nacionais agregados. Criava-se também um *bureau* de produções para a defesa.

Na conferência de Maio de 1951, em Londres, foram alargados os poderes do Conselho Permanente, cujas atribuições se reformulavam e cuja constituição passava a incluir os ministros das finanças e da defesa dos Estados membros, até aí reunidos em comités, criando-se também um *bureau* económico e financeiro. Mas a estrutura militar da OTAN não sofria alterações.

A década de 50 assistiria ainda aos passos mais significativos no sentido da concretização dos ideais de unificação europeia, de que a tentativa de criação de uma Comunidade Europeia de Defesa demonstrava a inequívoca posição das democracias ocidentais europeias quanto à defesa da sua segurança colectiva. Por outro lado, o Pacto de Bruxelas seria alargado à RFA e à Itália, enquanto a natureza das suas competências se transformava convertendo-o na União da Europa Ocidental.

Mas também o Pacto do Atlântico evoluiria. Em Fevereiro de 1952 a Grécia e a Turquia aderiam à Organização e em Outubro de 1954 assinavam-se os acordos de Paris sobre a entrada da RFA. No ano seguinte, a constituição do Pacto de Varsóvia, em Maio, respondia aos ocidentais.

A política de alianças iniciava assim uma gradual evolução que ultrapassaria progressivamente o carácter regional, inicialmente privilegiado, à medida que as questões da segurança adquiriam novas e mais vastas dimensões a que as estruturas político-militares instituídas procurariam responder.

Perspectivando a globalização dos problemas da segurança, Trygve Lie, Secretário-Geral da ONU, referia-se, em Fevereiro de 1949, ao futuro Pacto do Atlântico, considerando que «se os povos aceitarem que as alianças regionais substituam a segurança colectiva, a esperança de uma paz durável será gravemente atingida [mas] os acordos regionais podem, no entanto, ser um instrumento muito útil na construção de um sistema de segurança colectiva se a supremacia da Carta das Nações Unidas sobre os acordos particulares for reconhecida.»<sup>(3)</sup>.

---

(3) Citado por J. B. Duroselle, ob. cit., p. 498.

## 6 — CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tentámos ao longo deste pequeno trabalho perspectivar, através da análise do contexto histórico, um período relativamente curto mas de inequívoca riqueza factológica. Durante os primeiros cinco anos do após-guerra estruturar-se-iam na Europa e no mundo as bases relacionais de uma nova comunidade internacional transformada profundamente pela guerra.

Apesar de a Carta das Nações Unidas estabelecer os princípios de um ideal político que a Nova Ordem Internacional deveria converter em realidade, através de uma prática renovada no plano das relações internacionais, a realidade dos factos foi bem diferente das esperanças depositadas no futuro.

A questão da segurança europeia no após-guerra só pode ser compreendida se tivermos em consideração várias ordens de factores determinantes que, após 1939, vieram alterar profundamente todos os sectores da vida das nações europeias, bem como as premissas do seu mútuo relacionamento.

No momento em que, passados os primeiros sucessos do expansionismo alemão, os Aliados conseguiram ultrapassar os problemas suscitados no imediato pelo desenrolar do conflito, e perspectivar os resultados concretos de uma futura vitória, começaram a surgir as propostas da solução para as questões que a guerra levantava, e que após a conclusão dos tratados de paz necessitariam de rápida e consequente resolução.

As carências de ordem económica evidenciadas por uma Europa devastada, vinham juntar-se as preocupações motivadas pela segurança, as quais exigiam acções concretas, no plano estratégico e militar, que evitassem novas tentativas de agressão por parte dos países do Eixo e da Alemanha em particular. Assim, verifica-se que, paralelamente aos aspectos político-ideológicos subjacentes às exigências de «rendição incondicional», ocupação do território, desmembramento de nação, desmilitarização, desarmamento, abolição do nazismo e punição dos seus mentores, controlo da produção e do desenvolvimento económico alemães — que os Aliados impuseram de comum acordo aos vencidos — é possível identificar nos tratados realizados entre 1939 e 1947 a componente estratégico-militar tendente a garantir uma segurança europeia condicionada à destruição do inimigo nazi-fascista e pela criação e institucionalização de dispositivos diplomáticos

e militares capazes de fazer frente a uma eventual ameaça futura da Alemanha.

Torna-se essencial notar que à medida que os exércitos Aliados avançavam na Europa e que as divergências entre os Ocidentais e os Soviéticos começavam a evidenciar-se, a percepção dos Governos europeus ocidentais sobre a futura problemática do após-guerra que se aproximava não se modificou em termos de identificação das ameaças possíveis. Essa não evolução traduziu-se no plano estratégico e na área da diplomacia por uma atitude estática que continuou a privilegiar o perigo alemão como a única origem possível de todas as ameaças que viriam a pesar sobre a segurança europeia.

A evidência das destruições provocadas pelo conflito, a evolução simultânea dos acontecimentos nos vários teatros de operações espalhados pelo mundo, e as necessidades de conjugação de todos os esforços e elementos interactuantes de modo a corresponder o melhor possível às exigências imediatas das acções diplomáticas, políticas, estratégicas e militares, dificultavam, por certo, as previsões de futuro de um mundo em radical transformação, e devem ter estado entre os factores condicionantes de uma percepção controversa da realidade europeia em termos de segurança.

No período que mediou entre as conferências de Ialta e de Potsdam, assinado o armistício, afastado o pesadelo dos combates no centro da Europa, instalados os ocupantes nas respectivas zonas da Alemanha vencida e enquanto se preparavam os tratados de paz, as agressões dos Soviéticos no Leste, nos Balcãs e no Irão, confirmando os princípios de uma política expansionista concretizada no terreno pelos exércitos vermelhos e por depurações políticas dos Governos não comunistas, vieram acentuar as divergências entre os Aliados.

Mas apesar das violações soviéticas em relação aos acordos de Ialta e de Potsdam, e das atitudes mais intransigentes de Truman para com a União Soviética, os Governos europeus ocidentais continuaram a ver na Alemanha agora ocupada e subjugada após a «rendição incondicional», o perigo futuro de uma ameaça à segurança europeia. Em relação a esse perigo, a implantação de regimes totalitários a Leste e as dificuldades que as comissões de controlo aliado encontravam em alguns desses países onde não lhes foi possível — perante a autoridade hegemónica soviética — controlar os processos de formação de governo, parece terem sido considerados numa óptica política pura que não previa as consequências da evolução

geo-estratégica da expansão soviética em termos de ameaça à segurança da Europa Ocidental.

Torna-se, pois, evidente que desde a proposta britânica, imediatamente aceite pelos Soviéticos no Inverno de 1943-1944, de que os exércitos vermelhos, no seu avanço para o Ocidente, deveriam ocupar o território alemão até cento e dez milhas a Ocidente de Berlim, até às exigências soviéticas satisfeitas em Ialta e Potsdam, os Aliados Ocidentais não tiveram uma percepção exacta do alcance potencial das pretensões da URSS em toda a sua extensão. Além disto, o não cumprimento dos acordos por parte dos Soviéticos e as dificuldades negociais posteriores ao armistício que caracterizaram as relações Leste-Oeste durante o imediato após-guerra, não foram entendidas numa perspectiva comum pelos Aliados Ocidentais.

De facto, quase dois anos após a assinatura do armistício com a Alemanha, e apenas três meses antes do Plano Marshall — que viria a separar definitivamente os dois blocos político-estratégicos já então delineados pelo aprofundamento das divergências e pelas posições intransigentes das partes — mais exactamente a 4 de Março de 1947, a França e a Inglaterra celebravam o Tratado de Dunquerque, dirigido exclusivamente contra a Alemanha, e apenas uma semana depois o Presidente Truman propunha um auxílio de emergência à Grécia e à Turquia — onde as forças inglesas se declaravam impotentes para dominarem a situação de instabilidade política e guerra civil apoiadas indirectamente pela URSS — e com o qual se iniciava uma série de acções cujo objectivo comum era a contenção do expansionismo soviético. Os Aliados Europeus davam, nesta fase, mais importância ao que se passava no Sul da Europa, nomeadamente nos Balcãs, onde a intervenção americana foi reclamada pelo próprio Governo grego, do que na parte central do continente onde a ameaça soviética aparecia ainda secundarizada, como evidencia o Tratado franco-britânico contra a Alemanha. E em Junho desse ano as pressões soviéticas sobre o Irão levavam à celebração de um acordo entre este país e os EUA para fornecimento de equipamento militar.

Foi apenas em Janeiro do ano seguinte, após a ruptura inequívoca que o Plano Marshall veio denunciar, que o conceito de segurança europeia sofreria uma profunda alteração de conteúdo. A proposta de um pacto político contra qualquer agressão e não contra a Alemanha em particular — e que viria a concretizar-se no Tratado de Bruxelas — demonstrava a compreensão do facto da existência concreta de agressores poten-



ciais no Leste europeu, da diversificação estratégica que a sua ameaça exigia e da necessidade urgente da criação, por todos os meios possíveis, de condições que permitissem uma efectiva capacidade de resposta.

Mas a evolução da perspectiva geo-estratégica da ameaça soviética ultrapassaria em breve a Europa adquirindo uma dimensão atlântica e fixando-se na área norte do oceano que de futuro ligaria dois continentes para não mais os separar, e cuja defesa, considerada vital para os ocidentais, seria em breve prevista nos instrumentos diplomáticos instituintes do Pacto do Atlântico, que o Tratado de Washington vinha concretizar, e de que a OTAN constituiria o factor chave da sua expressão militar e operacional.

Se a União Soviética dominava o Heartland, a partir do qual continuava um processo de expansão já secular, malogravam-se, no entanto, as suas tentativas de domínio do Rimland europeu que Spykman incluía nas suas «áreas de decisão». Nelas se desenvolveria, a partir de então, uma concepção de defesa e de segurança regional que o desenrolar dos acontecimentos iria em breve transformar.

Com efeito, ao longo da década de 50, a gradual evolução da guerra fria, ultrapassando o âmbito geo-estratégico euro-atlântico e desenvolvendo-se no Rimland oriental, desde a Coreia, ao longo dos Shatterbelts asiáticos e do Próximo Oriente, tal como Cohen os classificaria, provocou uma reformulação dos conceitos de segurança pelo carácter globalizante da ameaça a que a nova estratégia planetária teria de responder.

A questão da segurança europeia incluía-se, assim, a partir de 1950, numa problemática estratégica mais vasta que, visando a contenção do expansionismo comunista soviético, se concretizava através de uma política de «cordão sanitário» formado pelos tratados bilaterais celebrados pelos EUA com as Filipinas e o Japão, em 1951, com a Coreia do Sul, em 1953, com a Formosa e o Paquistão, em 1954, e pelos pactos ANZUS, de 1951, SEATO, de 1954, e CENTO, derivado do Pacto de Bagdade, em 1955, todos eles semelhantes, nos seus objectivos gerais, ao Pacto do Atlântico.

As questões da segurança europeia passavam, pois, na década de 50, a inserir-se num contexto mais vasto de segurança colectiva à qual a arma atómica viera conferir um novo significado e emprestar uma nova dimensão.

Os planos militar e das armas estratégicas, de teatro, seriam complementados pelas armas táticas colocadas sob o controlo directo do poder político.

No plano político e económico, os efeitos da descolonização na transformação da comunidade internacional, e as difíceis crises económicas e energéticas, viriam, num futuro próximo, condicionar os aspectos da segurança a outros interesses de satisfação mais urgente, a necessidades irrecusáveis, a compromissos económicos e financeiros indeclináveis que, num mundo bipolar, parecem aproximar na problemática comum o Ocidente e o Leste.

De facto, a globalização dos problemas da segurança fá-los aparecer hoje, integrados num sistema de relações internacionais caracterizado exactamente pela internacionalização intensificadora das problemáticas em todos os sectores da vida humana sobre o planeta. Entre elas, as questões do desenvolvimento e da cooperação internacional, baseados no reconhecimento de uma inevitável interdependência Norte-Sul, têm conduzido a novas formas de diálogo e às tentativas mais diversificadas, convergentes na procura de soluções para os problemas comuns.

Os aspectos de segurança aparecem-nos, assim, integrados pela globalidade de uma conjuntura em que as forças de pressão determinam as políticas internas e externas dos Estados, num sistema interactuante gerador das linhas de força dominantes.

No imediato após-guerra, a evolução das questões da segurança europeia em termos de exigência concreta e de capacidade de resposta adequada encontrava-se, assim, condicionada por elementos de uma conjuntura complexa cuja especificidade elementar apenas se torna perceptível a partir da análise da perspectiva histórica de uma época de vivências extremamente intensas e diversificadas. E se então eram privilegiados os aspectos regionais da problemática — inserida esta numa concepção de estratégia limitada — a sua posterior evolução estrutural viria revelar o seu inequívoco enquadramento no contexto global da defesa do Ocidente.

*Victor Marques dos Santos*

Licenciado em História

## BIBLIOGRAFIA

- CALVOCORESSI, Peter — *World Politics since 1945*, 3th edition, London, 1977, ed. Longman.
- DELORME, Jean — *Chronologie Des Civilizations*, 3.<sup>a</sup> ed., Paris, 1969, ed. P.U.F.
- Idem — *Les Grandes Dates de L'Époque Contemporaine*, 5.<sup>a</sup> ed., Paris, 1980, ed. P.U.F.
- DUROSELLE, J. B. — *L'Europe de 1815 à Nos Jours*, Paris, 1975, ed. P.U.F., col. Nouvelle Clio.
- Idem — *Histoire Diplomatique de 1919 à nos Jours*, 7.<sup>a</sup> ed., Paris, 1978, ed. Dalloz.
- FONTAINE, André — *Histoire de La Guerre Froide*, 2 vols., Paris, 1976, ed. Fayard.
- HALLE, Louis J. — *The Cold War as History*, Nova Iorque, 1975, ed. Harper Torchbook.
- HART, B. H. Liddell — *History of the Second World War*, London, 1973, ed. Pan Books Ltd.
- NERÉ, Jacques — *O Mundo Contemporâneo*, Lisboa, 1976, ed. Ática.
- PACAUT, Marcel e BOUJU, Paul M. — *O Mundo Contemporâneo, 1945-1975*, Lisboa, 1979, ed. Estampa, col. Imprensa Universitária.
- RÉMOND, René — *Introduction à L'Histoire de Notre Temps 3 — Le XX<sup>ème</sup> Siècle de 1914 à nos Jours*, Paris, 1974, ed. Du Seuil, col. Points.
- SACCHETTI, A. Ferraz — *Pactos Militares e Organizações de Defesa Região Euro-Norte Americana*, texto policopiado, 2 vols., Lisboa, 1983, ed. Instituto Superior Naval de Guerra.
- TAYLOR, A. J. P. — *A Segunda Guerra Mundial*, Rio de Janeiro, 1979, ed. Zahar.
- THOMPSON, David — *Europe Since Napoleon*, 2nd edition, London, 1966, ed. Pelican Books.
- WEBER, Eugen — *Europe since 1715 - A Modern History*, Nova Iorque 1972, ed. W. W. Norton e Comp. Inc.